



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

MINUTA - TRE/PRE/DG/SA/COLIC/SECON

**CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, E**  
\_\_\_\_\_.

**CEDENTE:** A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.703.755/0001-76, com sede na Rua João Diogo, nº 288, Campina, CEP 66015-902, Belém/PA, representado por seu(sua) Diretor(a)-Geral **[Substituto(a)]**, **[nome do titular ou substituto]**, brasileiro(a), portador(a) do RG \_\_\_\_\_ - SSP/\_\_\_\_, inscrito no CPF xxx.xxx.xxx-xx, nomeado(a) pela Portaria nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, e o(a)

**CESSIONÁRIA:** A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador(a) do RG \_\_\_\_\_ - SSP/\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF xxx.xxx.xxx-xx, de acordo com a representação legal conferida por **[contrato social/estatuto social/procuração]** constante do evento \_\_\_\_\_,

Resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a **cessão de uso, a título precário e oneroso, de espaço físico, equipamentos e instalações para exploração de serviços de restaurante e lanchonete**, localizado no Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATS ER*	UNID ADE DE MEDI DA	QTD	TAXA DE UTILI ZAÇÃ O	VALOR TOTAL
1	Cessão de uso, <b>a título precário e oneroso</b> , de espaço físico, equipamentos e instalações para exploração de serviços de restaurante e lanchonete.	19356	Mês	60	R\$	R\$

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência (*evento*), o Edital da Licitação (*evento*), a proposta da CESSIONÁRIA (*evento*) e eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do contrato é de **5 (cinco)** anos, contados da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE USO E EXPLORAÇÃO DO ESPAÇO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

3.1. A cessão de uso do espaço físico, dos bens e das instalações, bem como as condições de exploração dos serviços de restaurante e lanchonete obedecerão ao disposto no Termo de Referência, anexo a este contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA SEXTA - PREÇO**

6.1. Pela cessão de uso, a CESSIONÁRIA pagará ao CEDENTE a **taxa mensal de utilização** de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), perfazendo um **valor global** de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

6.2. A Taxa de Utilização constitui receita do CEDENTE e será recolhida por GRU, na forma e prazos definidos no Termo de Referência..

## **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO**

7.1. O prazo para pagamento ao CEDENTE e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE**

8.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE**

9.1. São obrigações do CEDENTE:

9.1.1. Assegurar o livre acesso dos empregados da CESSIONÁRIA ao local de realização de suas atividades, observadas as normas internas de acesso e segurança.

9.1.2. Disponibilizar água e energia elétrica necessárias.

9.1.3. Disponibilizar ramal telefônico para ligações internas.

9.1.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CESSIONÁRIA, de acordo com este contrato e seus anexos.

9.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CESSIONÁRIA, na forma prevista no Termo de Referência.

9.1.6. Notificar a CESSIONÁRIA, por escrito, sobre irregularidades, vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do contrato, para que sejam sanadas no prazo assinalado, às suas expensas.

9.1.7. Aplicar à CESSIONÁRIA as sanções previstas na legislação vigente, no Termo de Referência e neste contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.8. Decidir, de forma expressa e fundamentada, sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, o CEDENTE terá o prazo de **1 (um) mês** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

9.1.8.2. A decisão será proferida pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade competente, nos limites de suas atribuições.

9.1.9. Cientificar, quando for o caso, o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis, diante do descumprimento de obrigações contratuais pela CESSIONÁRIA.

9.1.10. Comunicar a CESSIONÁRIA na hipótese de alteração superveniente das condições inicialmente previstas, quando aplicável, observado o disposto no art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CESSIONÁRIA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos da CESSIONÁRIA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA**

10.1. A CESSIONÁRIA obriga-se a cumprir integralmente as disposições deste contrato, do Termo de Referência e de seus anexos, assumindo, por sua exclusiva conta e risco, todas as despesas e responsabilidades decorrentes da execução do objeto.

10.2. São obrigações da CESSIONÁRIA:

10.2.1. Responder pela manutenção, limpeza, conservação e higienização das dependências do restaurante e da lanchonete, inclusive áreas externas a elas vinculadas, tais como lixeira, forros, tetos, paredes, portas, janelas, bancadas e prateleiras, utilizando produtos adequados à natureza dos serviços.

10.2.2. Realizar controle integrado de pragas, por meio de empresa especializada e com produtos devidamente registrados no órgão competente, promovendo dedetização, desinsetização e desratização sempre que necessário, preferencialmente fora do horário de funcionamento.

10.2.3. Indicar ao CEDENTE preposto ou empregado com poderes para representá-la e receber comunicações relativas à execução do contrato.

10.2.4. Apresentar, quando da assinatura do contrato, a relação de seus empregados, com identificação e qualificação, mantendo-a atualizada sempre que houver alterações.

10.2.5. Apresentar, no início das atividades e sempre que solicitado, a Carteira de Saúde dos empregados que atuem nas dependências do Tribunal, em conformidade com as normas da ANVISA.

10.2.6. Manter seus empregados devidamente uniformizados, identificados por crachá, em boas condições de higiene pessoal e apresentação, substituindo, quando solicitado, aqueles que não atendam às exigências contratuais ou às normas de convivência.

10.2.7. Fornecer uniformes adequados às atividades desempenhadas e os respectivos equipamentos de proteção individual – EPI, procedendo à substituição periódica ou sempre que necessário.

10.2.8. Utilizar profissionais devidamente qualificados para a execução das atividades.

10.2.9. Manter quantitativo de pessoal suficiente para a adequada prestação dos serviços, sem interrupções, inclusive em situações de afastamento, férias ou desligamentos.

10.2.10. Adotar técnicas adequadas de pré-preparo e preparo dos alimentos, observando os princípios da segurança alimentar, da nutrição e da higiene sanitária.

10.2.11. Utilizar matéria-prima de qualidade, em condições adequadas de armazenamento, dentro dos padrões higiênico-sanitários e nutricionais exigidos.

10.2.12. Supervisionar rigorosamente os procedimentos de higienização de utensílios, louças e equipamentos, assegurando a sanidade microbiológica.

10.2.13. Distribuir alimentos quentes e frios em equipamentos que garantam a manutenção da temperatura adequada e a segurança dos alimentos.

10.2.14. Organizar o layout de distribuição dos alimentos de modo a favorecer o fluxo dos usuários e evitar cruzamentos indevidos.

10.2.15. Promover treinamento inicial e periódico de seus empregados, inclusive reciclagem anual em manipulação de alimentos, em horários que não comprometam a execução do contrato.

10.2.16. Arcar com os custos de análises laboratoriais de alimentos, quando solicitadas pelo Tribunal, em caso de suspeita de contaminação.

10.2.17. Submeter os bens e equipamentos utilizados à manutenção preventiva e corretiva necessária.

10.2.18. Responsabilizar-se pela conservação e manutenção das instalações hidráulicas e elétricas dos espaços utilizados.

10.2.19. Manter, em local visível, o cardápio semanal, a tabela de preços e, quando aplicável, opção de cardápio de baixa caloria.

10.2.20. Disponibilizar todos os itens previstos no cardápio até o encerramento do horário de atendimento.

10.2.21. Utilizar exclusivamente utensílios apropriados, vedado o uso de utensílios de madeira no preparo e na distribuição dos alimentos.

10.2.22. Não reaproveitar alimentos preparados e não servidos, nem utilizá-los em preparações futuras.

10.2.23. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

10.2.24. Responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, cíveis e penais decorrentes da execução do contrato, inexistindo vínculo empregatício entre seus empregados e o CEDENTE.

10.2.25. Reparar, imediatamente, as irregularidades apontadas pelo CEDENTE ou pela fiscalização contratual.

10.2.26. Indenizar o CEDENTE por danos ou prejuízos causados em decorrência da execução do contrato, por si, seus empregados ou prepostos.

10.2.27. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto do contrato, admitida a terceirização apenas de serviços acessórios, como dedetização e treinamento, permanecendo integralmente responsável por sua execução.

10.2.28. Manter válidos e visíveis o Alvará de Funcionamento e o Alvará Sanitário, emitidos pelo órgão competente.

10.2.29. Disponibilizar ao CEDENTE chaves de acesso às instalações para situações de emergência.

10.2.30. Realizar a coleta e destinação adequada dos resíduos gerados, de forma seletiva, em horários apropriados, prevenindo riscos sanitários e ambientais.

10.2.31. Não contratar, durante a vigência do contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE (art. 3º, da Resolução CNJ nº 7, de 18 de outubro de 2005).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1 A extinção do presente Termo dar-se-á nas hipóteses e na forma previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das demais disposições contratuais.

**Parágrafo Primeiro.** A extinção poderá ocorrer por iniciativa do CEDENTE ou da CESSIONÁRIA, nas hipóteses legais, inclusive em razão do descumprimento das obrigações contratuais, do inadimplemento da Taxa de Utilização, de razões de interesse público devidamente motivadas ou de outras situações previstas na legislação aplicável.

**Parágrafo Segundo.** No procedimento administrativo destinado à extinção contratual, será assegurado à CESSIONÁRIA o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Terceiro.** Encerrada a fase de instrução do processo administrativo, a CESSIONÁRIA será intimada para se manifestar e, se for o caso, apresentar provas, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

**Parágrafo Quarto.** A extinção do contrato não impede a adoção, pelo CEDENTE, de medidas acauteladoras, devidamente motivadas, necessárias à proteção do interesse público e do patrimônio público, nos termos da legislação vigente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS BENFEITORIAS**

14.1. Todas e quaisquer benfeitorias eventualmente realizadas pela CESSIONÁRIA dependerão de autorização prévia do CEDENTE e não serão indenizáveis, salvo previsão expressa no Termo de Referência ou ajuste específico.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

15.1. As obrigações pertinentes à LGPD são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES**

17.1. O presente contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes ou por determinação legal, nas hipóteses e na forma previstas nos arts. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que mantida a finalidade da cessão de uso e o interesse público.

17.2. As alterações contratuais poderão abranger, entre outros aspectos, a adequação das condições de uso e exploração do espaço, dos horários de funcionamento, das regras operacionais, observadas as disposições do Termo de Referência e da legislação aplicável.

17.3. As alterações contratuais que importem modificação das condições originalmente pactuadas deverão ser formalizadas por termo aditivo, previamente aprovado pela autoridade competente, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

17.4. Os ajustes de caráter formal, operacional ou financeiro que não importem alteração do objeto ou da finalidade da cessão, tais como atualizações cadastrais, correções materiais, registros de reajuste da Taxa de Utilização ou outras hipóteses legalmente admitidas, poderão ser realizados por apostila, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao CEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Belém para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado e assinado e datado eletronicamente pelas partes.

*(assinado e datado eletronicamente)*

---

**CEDENTE**

*(assinado e datado eletronicamente)*

---

**CESSIONÁRIA**



Documento assinado eletronicamente por **KAREN FERREIRA MONTEIRO**, **Chefe de Seção**, em 30/03/2026, às 19:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2977634** e o código CRC **28957E36**.